



Políticas educacionais, estado e sociedade: Uma análise crítica

Valdemir Ribeiro Farias



Resumo

As políticas educacionais são fundamentais para o desenvolvimento social e econômico, uma vez que orientam ações do Estado na garantia do direito à educação. Este artigo analisa a interação entre Estado, sociedade e políticas educacionais no Brasil, destacando desafios e perspectivas. A abordagem inclui uma revisão teórica baseada em autores consagrados e documentos normativos, enfatizando a relevância do planejamento estratégico e da participação social na formulação e implementação dessas políticas. A pesquisa aponta que a qualidade da educação está diretamente ligada ao financiamento adequado e à gestão democrática. Além disso, evidencia a necessidade de articulação entre os entes federativos e a sociedade civil para garantir equidade e eficiência no sistema educacional. Considerando o Plano Nacional de Educação (PNE), o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) e o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), destaca-se a importância de investimentos contínuos e da fiscalização da sociedade para a efetivação dos direitos educacionais. Conclui-se que a efetividade das políticas educacionais depende de um compromisso coletivo entre governo e sociedade, sendo essencial para a construção de uma educação pública de qualidade.

Palavras-chaves: Políticas educacionais; Estado; Sociedade; Educação pública.

Abstract

Educational policies are fundamental for social and economic development, as they guide State actions in ensuring the right to education. This article analyzes the interaction between the State, society, and educational policies in Brazil, highlighting challenges and perspectives. The approach includes a theoretical review based on renowned authors and normative documents, emphasizing

the relevance of strategic planning and social participation in the formulation and implementation of these policies. The research indicates that the quality of education is directly linked to adequate funding and democratic management. Furthermore, it highlights the need for coordination between federal entities and civil society to ensure equity and efficiency in the educational system. Considering the National Education Plan (PNE), the Fund for the Maintenance and Development of Basic Education (FUNDEB), and the National Textbook Program (PNLD), the importance of continuous investments and societal oversight for the realization of educational rights is emphasized. It is concluded that the effectiveness of educational policies depends on a collective commitment between the government and society, which is essential for building a quality public education system.

Keywords: Educational policies; State; Society; Public education.

1. Introdução

A educação é um direito fundamental garantido pela Constituição Federal de 1988, reconhecida como instrumento essencial para a promoção da cidadania plena, da equidade social e do desenvolvimento humano. Trata-se de um direito que transcende a mera transmissão de conhecimentos, constituindo-se como base para o exercício consciente dos direitos e deveres civis, políticos e sociais. Segundo Cury (2008), "a educação pública deve ser compreendida como um dever do Estado e um direito do cidadão", evidenciando que a efetivação desse direito exige a ação concreta do poder público, em parceria com a sociedade.

Nas últimas décadas, as políticas educacionais têm sido objeto de intensos debates, especialmente no contexto de um Estado que busca equilibrar demandas sociais crescentes e limitações orçamentárias severas. Tais discussões refletem os desafios estruturais históricos e apontam para a necessidade de se pensar a educação como eixo central das políticas públicas de desenvolvimento social e econômico. Como afirma Libâneo (2012), "a qualidade da educação está diretamente relacionada às condições estruturais e ao compromisso político com a inclusão social", reforçando a ideia de que a busca pela equidade educacional depende tanto de investimentos materiais adequados quanto de uma clara vontade política orientada para a justiça social.

Este artigo propõe-se a explorar como o Estado elabora, implementa e avalia políticas públicas educacionais, considerando o papel fundamental da sociedade civil nesse processo. A interação entre Estado, sociedade e educação revela-se crucial para compreender as dinâmicas que moldam o acesso, a permanência e o sucesso escolar no Brasil. Em um cenário de profundas desigualdades

sociais, torna-se imprescindível analisar como as políticas públicas podem atuar como instrumentos de inclusão, redução das disparidades regionais e promoção da justiça educacional.

O objetivo do artigo é analisar a complexa relação entre Estado, sociedade e políticas educacionais brasileiras, destacando sua importância estratégica para o desenvolvimento social e econômico do país. Busca-se evidenciar como as políticas públicas influenciam diretamente a qualidade e a equidade no acesso à educação, mostrando também a relevância da participação ativa da sociedade na formulação, monitoramento e implementação dessas políticas. A democratização da gestão educacional, com canais efetivos de diálogo e controle social, aparece como condição indispensável para a consolidação de um sistema educacional inclusivo e de qualidade.

Além disso, o artigo enaltece a importância do planejamento estratégico, da gestão baseada em evidências e do investimento público adequado como pilares para garantir uma educação pública que atenda aos princípios constitucionais de igualdade e qualidade. Ressalta-se também o papel ativo da sociedade civil organizada — movimentos sociais, conselhos de educação, sindicatos, organizações não governamentais — na fiscalização e na construção das diretrizes educacionais. Nesse sentido, defende-se que a gestão democrática e transparente não é apenas um requisito legal, mas uma exigência ética para o sucesso das políticas educacionais, possibilitando a construção coletiva de uma escola pública que seja verdadeiramente inclusiva, emancipadora e comprometida com a transformação social.

2. Políticas educacionais PNE, FUNDEF e PNLD no contexto brasileiro

As políticas educacionais no Brasil são formuladas em diferentes níveis de governo e têm sido influenciadas por mudanças econômicas, sociais e políticas. Cury (2008) enfatiza que "o direito à educação deve ser garantido por meio de políticas públicas eficazes, que atendam às necessidades da população e respeitem os princípios constitucionais". Cury (2008) enfatiza:

O direito à educação deve ser garantido por meio de políticas públicas eficazes, que atendam às necessidades da população e respeitem os princípios constitucionais. Isso implica o desenvolvimento de diretrizes claras, o investimento contínuo e a fiscalização rigorosa dos programas implementados. Sem uma base normativa e institucional sólida, a educação pública corre o risco de sofrer descontinuidade e perda de qualidade, prejudicando as camadas mais vulneráveis da sociedade (CURY, 2008, p. 56).

A citação ressalta a necessidade de um arcabouço normativo sólido e fiscalização eficiente para assegurar que as políticas educacionais sejam implementadas de forma contínua e eficaz. Sem esses

elementos, a educação pública pode ser prejudicada, especialmente para os grupos mais vulneráveis.

A cada ciclo decenal, o PNE é revisado e atualizado para atender às necessidades emergentes da sociedade brasileira. A versão vigente do plano contém 20 metas, que abrangem desde a universalização da educação básica até a valorização dos profissionais da educação. Segundo Cury (2008), "a efetividade do PNE depende de um financiamento adequado e da implementação de políticas coerentes com suas diretrizes".

Entre as principais metas do PNE de 2014-2024, destacam-se:

- Universalização da educação infantil, ensino fundamental e médio – Meta 1 (Educação Infantil), Meta 2 (Ensino Fundamental) e Meta 3 (Ensino Médio).
- Erradicação do analfabetismo – Meta 9.
- Ampliação da oferta de ensino técnico e superior – Meta 11 (Ensino Técnico) e Meta 12 (Ensino Superior).
- Formação e valorização dos professores – Meta 15 a Meta 18.
- Garantia de financiamento adequado para a educação – Meta 20.

Um dos desafios enfrentados pelo PNE é a sua implementação efetiva nos estados e municípios, pois muitas das metas dependem de uma coordenação eficiente entre os diferentes níveis de governo. Saviani (2010) alerta que "o cumprimento das metas do PNE exige esforços conjuntos e políticas articuladas para garantir sua efetividade". Outro aspecto fundamental é a necessidade de monitoramento e avaliação contínuos das metas estabelecidas. Para Dourado (2015), "o acompanhamento do PNE por meio de indicadores educacionais é essencial para corrigir eventuais desvios e assegurar a execução das políticas planejadas". Dessa forma, o PNE se configura como um instrumento essencial para a consolidação de uma educação pública de qualidade no Brasil, mas sua implementação demanda comprometimento político e investimentos adequados. Como destaca Dourado (2015):

O PNE representa um compromisso social e político com a garantia do direito à educação, devendo orientar as ações dos entes federados. A partir dele, busca-se estruturar um sistema educacional mais equitativo, promovendo o acesso universal ao ensino de qualidade. No entanto, sua implementação requer a colaboração entre União, estados e municípios, além do acompanhamento constante para garantir que as metas sejam alcançadas de forma eficaz e sustentável (DOURADO, 2015, p. 102).

O trecho enfatiza o caráter colaborativo do PNE e a importância de sua execução eficiente. O sucesso desse plano depende de uma articulação entre diferentes esferas do governo e um monitoramento constante para que suas metas sejam efetivamente cumpridas. No entanto, conforme destaca Saviani (2010):

O cumprimento das metas do PNE exige esforços conjuntos e políticas articuladas para garantir sua efetividade. A educação de qualidade não depende apenas da criação de normas e planos, mas da efetiva implementação de estratégias que envolvam toda a sociedade. Sem um compromisso coletivo, qualquer plano educacional corre o risco de se tornar apenas um documento sem aplicação prática (SAVIANI, 2010, p. 120).

Saviani ressalta que a concretização das metas educacionais depende de uma mobilização conjunta entre Estado e sociedade. Sem essa colaboração, as políticas educacionais podem se tornar ineficazes.

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) é um dos principais mecanismos de financiamento da educação pública no Brasil. Criado pela Emenda Constitucional nº 53/2006 e regulamentado pela Lei nº 11.494/2007, o FUNDEB substituiu o antigo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), ampliando sua abrangência para toda a educação básica, da educação infantil ao ensino médio. O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) é um dos principais mecanismos de financiamento da educação pública no Brasil. De acordo com Dourado (2017):

O FUNDEB desempenha um papel fundamental na promoção da equidade na distribuição de recursos educacionais, garantindo maior investimento nas regiões mais vulneráveis. Com isso, o fundo se torna um instrumento essencial para reduzir desigualdades no ensino básico, proporcionando melhores condições de aprendizagem e trabalho para alunos e professores. A permanência do FUNDEB na legislação reflete sua importância para a educação pública, consolidando-o como uma base financeira indispensável para o setor (DOURADO, 2017, p. 78).

Essa citação evidencia a importância do FUNDEB na promoção da equidade educacional, especialmente em áreas mais vulneráveis. O fundo contribui para a redução das disparidades regionais e para a melhoria das condições de ensino e aprendizagem.

De acordo com Dourado (2017), "o FUNDEB desempenha um papel fundamental na promoção da equidade na distribuição de recursos educacionais, garantindo maior investimento nas regiões mais vulneráveis". O fundo é formado por contribuições de impostos estaduais e municipais,

complementadas pela União, sendo redistribuído de forma proporcional ao número de matrículas em cada rede de ensino. Entre as principais características do FUNDEB, destacam-se:

Financiamento para toda a educação básica, incluindo creches, pré-escolas, ensino fundamental e médio; Complementação da União para estados e municípios com arrecadação abaixo do valor mínimo por aluno; Vinculação dos recursos à valorização dos profissionais da educação, garantindo que pelo menos 70% do fundo seja destinado ao pagamento de salários de professores.

A partir de 2020, com a aprovação da Emenda Constitucional nº 108, o FUNDEB passou a ser permanente e teve um aumento progressivo da participação da União no financiamento, passando de 10% para 23% até 2026. Segundo Cury (2020), "a ampliação da complementação federal ao FUNDEB representa um avanço significativo para a qualidade e a equidade da educação pública brasileira".

Apesar dos avanços, o FUNDEB enfrenta desafios, como a necessidade de maior fiscalização na aplicação dos recursos e a garantia de que os investimentos sejam direcionados para a melhoria efetiva das condições de ensino. Conforme destaca Saviani (2010), "o financiamento da educação deve ser acompanhado de políticas de gestão que assegurem a aplicação eficiente e transparente dos recursos".

Assim, o FUNDEB se configura como um mecanismo essencial para a manutenção e o desenvolvimento da educação básica, contribuindo para a redução das desigualdades educacionais no país e garantindo melhores condições de trabalho para os profissionais da educação.

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) é uma das principais políticas públicas voltadas para a distribuição de materiais didáticos no Brasil. Criado para garantir que estudantes e professores tenham acesso a livros de qualidade, o PNLD é coordenado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e atende escolas da rede pública de ensino. O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) é uma das principais políticas públicas voltadas para a distribuição de materiais didáticos no Brasil. Segundo Gatti (2011):

O PNLD representa um importante mecanismo para democratizar o acesso ao conhecimento e padronizar os conteúdos curriculares no ensino público. Ao garantir que todos os estudantes tenham acesso a livros didáticos de qualidade, o programa contribui para a equidade educacional e para a melhoria do aprendizado. Além disso, o PNLD possibilita uma maior integração entre as diretrizes pedagógicas nacionais e a prática docente, promovendo um ensino mais alinhado às necessidades do século XXI (GATTI, 2011, p. 65).

A citação destaca a relevância do PNLD na democratização do ensino e na padronização dos conteúdos curriculares. Além disso, o programa tem impacto positivo na formação docente e na qualidade da aprendizagem dos estudantes.

Segundo Gatti (2011), "o PNLD representa um importante mecanismo para democratizar o acesso ao conhecimento e padronizar os conteúdos curriculares no ensino público". O programa abrange não apenas livros didáticos, mas também obras literárias, dicionários e materiais de apoio ao professor.

As principais diretrizes do PNLD incluem:

- Avaliação criteriosa dos materiais por especialistas e instituições acadêmicas;
- Distribuição gratuita para alunos e professores da educação básica;
- Renovação periódica dos materiais para atualização dos conteúdos.

Embora seja um programa consolidado, o PNLD enfrenta desafios como a necessidade de maior alinhamento entre os livros didáticos e as diretrizes curriculares nacionais. Para Silva (2018), "é fundamental que os materiais distribuídos pelo PNLD reflitam a diversidade cultural e as necessidades pedagógicas das diferentes regiões do país".

Essas iniciativas mostram a preocupação do Estado em garantir o acesso e a qualidade da educação, mas também revelam desafios estruturais. Saviani (2010) alerta que "o financiamento da educação ainda é um problema crônico no Brasil, pois não há uma distribuição equitativa dos recursos entre as diferentes regiões". Em consonância, Arroyo (2011) enfatiza que "as desigualdades educacionais refletem as desigualdades sociais e econômicas, exigindo políticas compensatórias mais eficazes".

Outro ponto relevante é a crescente influência de organismos internacionais, como a UNESCO e o Banco Mundial, na formulação das políticas educacionais brasileiras. Conforme Saviani (2010), "a adaptação de modelos educacionais estrangeiros sem considerar as especificidades nacionais pode comprometer a efetividade das políticas implementadas". O debate sobre a privatização e a mercantilização da educação também tem ganhado espaço, levantando questionamentos sobre o papel do Estado e a garantia de uma educação pública de qualidade. Na próxima seção abordaremos sobre o Papel do Estado e da sociedade.

3. O Papel do Estado e da Sociedade: Desafios e Perspectivas

O Estado exerce um papel central na regulação, financiamento e execução das políticas públicas de educação, sendo o principal garantidor do direito à educação como previsto na Constituição Federal

de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9.394/1996). No entanto, nas últimas décadas, a sociedade civil tem se tornado uma força cada vez mais ativa e indispensável na formulação, monitoramento e avaliação das políticas educacionais. A concepção contemporânea de educação transcende a visão de um processo unidirecional, defendendo a participação social como elemento estruturante para o fortalecimento de um sistema educacional democrático e inclusivo.

De acordo com Freire (1996), "a educação é um processo dialógico que deve envolver a participação dos diversos setores sociais". Ele enfatiza que a escola não pode ser um espaço isolado da realidade social, mas deve se constituir como um ambiente vivo, capaz de construir conhecimento a partir das experiências, saberes e contribuições das comunidades em que está inserida. Nesse sentido, a atuação do Estado deve estar intrinsecamente alinhada às demandas sociais, garantindo que a educação seja não apenas acessível e universalizada, mas também relevante, inclusiva e socialmente referenciada (FREIRE, 1996, p. 89).

A participação ativa da sociedade civil na educação materializa-se por meio de diversas formas institucionais e coletivas, como conselhos municipais e estaduais de educação, fóruns permanentes de educação, organizações não governamentais, sindicatos, associações de pais e mestres e movimentos sociais voltados para a defesa da escola pública. Como destaca Freire (1996), "a participação ativa da sociedade no processo educacional é fundamental para a democratização do conhecimento e o fortalecimento da cidadania". A construção de uma educação emancipadora pressupõe, portanto, o reconhecimento da escola como um espaço de diálogo permanente entre o saber sistematizado e o saber popular.

Além da atuação estatal, iniciativas comunitárias, projetos sociais, coletivos educacionais e programas desenvolvidos pela sociedade civil têm desempenhado um papel significativo na complementação das ações do Estado, especialmente em contextos de maior vulnerabilidade social. Essas iniciativas demonstram que a transformação da educação exige o protagonismo social e a mobilização coletiva. Como enfatiza Freire (1996), "a educação deve ser um processo emancipatório, permitindo que os indivíduos se tornem agentes de transformação social".

O desafio da efetivação de políticas educacionais democráticas passa também pela consolidação da governança compartilhada. De acordo com Dourado (2007), "a governança educacional deve ser compartilhada entre Estado e sociedade, assegurando a transparência e a efetividade das políticas". A corresponsabilização entre os diferentes atores sociais fortalece a legitimidade das decisões educacionais e contribui para o aprimoramento contínuo da qualidade da educação pública.

Nesse processo, a transparência na gestão pública e o fortalecimento dos mecanismos de controle social são aspectos fundamentais. Como aponta Cury (2008), "a gestão democrática da educação exige mecanismos eficazes de participação e fiscalização por parte da sociedade", o que implica na criação de espaços reais de escuta, deliberação e monitoramento das políticas públicas. A efetiva democratização da educação não se restringe à ampliação do acesso escolar, mas demanda o compartilhamento do poder decisório e a ampliação dos canais de participação social.

Conforme defende Demo (2002), "a sociedade deve não apenas exigir educação de qualidade, mas também participar ativamente na sua construção". Ou seja, a superação das desigualdades educacionais e a promoção de uma educação de qualidade socialmente referenciada dependem de um esforço coletivo, em que Estado e sociedade atuem de forma colaborativa e compromissada com os princípios democráticos.

Diante dos inúmeros desafios — como a persistente desigualdade no acesso à educação de qualidade, a precarização do trabalho docente, as diferenças regionais e a necessidade de inovação pedagógica —, torna-se imprescindível a construção de políticas públicas educacionais que sejam pautadas pelo diálogo social, pela equidade, pela justiça e pela inclusão. Assim, o fortalecimento das relações entre Estado e sociedade na gestão educacional surge como perspectiva fundamental para a construção de um sistema educacional verdadeiramente democrático e promotor da cidadania.

A participação da sociedade na educação se dá de diversas formas, como conselhos escolares, associações de pais e mestres, além de organizações não governamentais que atuam no setor. Segundo Paro (2001):

A democratização da gestão educacional não pode ser reduzida a uma mera descentralização administrativa. É necessário que a sociedade tenha voz ativa na formulação e implementação das políticas educacionais. A participação popular no contexto educacional significa a construção coletiva das diretrizes do ensino, permitindo que a escola reflita, de fato, os interesses e necessidades da comunidade (PARO, 2001, p. 72).

Esse trecho destaca que a descentralização administrativa por si só não garante uma gestão democrática na educação. Para que as políticas educacionais sejam eficazes, é essencial que a população participe ativamente do processo decisório.

Outro aspecto relevante é a articulação entre os entes federativos na formulação das políticas educacionais. Como aponta Gohn (2010):

A política educacional no Brasil deve ser construída em um contexto de cooperação entre Estado e sociedade. Os desafios da educação exigem uma ação conjunta que envolva diferentes atores, desde governos até organizações da sociedade civil. Somente com uma ampla mobilização social será possível garantir uma educação pública de qualidade, que atenda às necessidades da população e contribua para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária (GOHN, 2010, p. 95).

Gohn (2010) ressalta que o envolvimento da sociedade na construção das políticas educacionais é fundamental para garantir uma educação pública eficiente e alinhada às demandas sociais. A cooperação entre diferentes setores da sociedade fortalece a implementação das políticas educacionais.

Além disso, a efetivação dos direitos educacionais requer fiscalização e controle social. Como menciona Araújo (2014):

O controle social das políticas educacionais é um elemento essencial para garantir a transparência e a eficiência na gestão dos recursos públicos. Sem a participação ativa da sociedade na fiscalização das políticas, há o risco de desvios e descontinuidade nas ações governamentais, comprometendo os avanços conquistados no setor educacional (ARAÚJO, 2014, p. 110).

A citação de Araújo reforça a importância do controle social na execução das políticas educacionais. A participação da sociedade na fiscalização garante maior transparência e eficiência na utilização dos recursos públicos.

Dessa forma, o papel do Estado e da sociedade na educação deve ser complementar. O Estado tem a responsabilidade de garantir acesso, permanência e qualidade da educação, enquanto a sociedade exerce um papel ativo na formulação, monitoramento e controle das políticas educacionais.

A qualidade da educação varia significativamente entre diferentes regiões do país. Saviani (2010) afirma que "a falta de infraestrutura adequada em muitas escolas do interior e das periferias urbanas compromete o aprendizado dos estudantes". Os recursos destinados à educação são frequentemente limitados e mal distribuídos. Cury (2008) ressalta que "o financiamento educacional deve ser ampliado e melhor gerido para garantir a qualidade e a equidade no ensino público". A capacitação dos professores ainda enfrenta desafios, especialmente no que se refere à valorização profissional e à remuneração. Freire (1996) argumenta que "um professor bem formado e valorizado é um agente essencial para a transformação social por meio da educação".

O currículo escolar precisa acompanhar as transformações tecnológicas e sociais. Segundo Saviani (2010), "é fundamental que as escolas adotem práticas pedagógicas inovadoras, que despertem o interesse dos alunos e favoreçam o aprendizado significativo". De acordo com Libâneo (2012), "a pedagogia crítica deve ser incorporada aos currículos, garantindo uma educação reflexiva e transformadora". A falta de continuidade nas políticas públicas prejudica a implementação de estratégias de longo prazo. Cury (2008) destaca que "a estabilidade das políticas educacionais é essencial para garantir avanços concretos e duradouros".

Como afirma Libâneo (2012):

A qualidade da educação está diretamente relacionada às condições estruturais e ao compromisso político com a inclusão social. Quando o Estado não investe adequadamente, cria-se um cenário de desigualdade que compromete a formação dos estudantes e o desenvolvimento nacional. Portanto, é necessário que as políticas educacionais sejam estruturadas a partir de um planejamento sólido, que conte com as reais necessidades da população escolar e garanta sua efetivação por meio de recursos adequados (LIBÂNEO, 2012, p. 87).

O autor destaca a relação entre qualidade educacional e investimentos públicos. Dessa forma, a ausência de um planejamento sólido pode comprometer o desenvolvimento de uma educação equitativa, reforçando desigualdades e prejudicando a formação dos estudantes.

4.Considerações Finais

As políticas educacionais desempenham um papel crucial no desenvolvimento de um país, sendo essenciais para a construção de uma sociedade mais equitativa, democrática e socialmente justa. Uma educação pública de qualidade é a base para a formação de cidadãos críticos, capazes de participar ativamente da vida social, econômica e política. Nesse sentido, Freire (1996) conclui que "a educação deve ser um instrumento de libertação, permitindo que os indivíduos compreendam e transformem sua realidade", ressaltando que o ato de educar está intrinsecamente ligado à prática da liberdade. Para Freire, a educação vai além da transmissão de conteúdos; ela deve possibilitar que os sujeitos reconheçam seu potencial de intervenção no mundo, rompendo com ciclos históricos de exclusão e opressão.

Em consonância com essa visão emancipadora, Demo (2002) argumenta que "a educação precisa ser vista como um direito humano inalienável, que exige políticas públicas consistentes". Isso significa que, para além de iniciativas pontuais, é necessária a formulação de políticas estruturadas,

duradouras e voltadas à garantia da equidade. A efetivação do direito à educação requer investimentos constantes, gestão qualificada e políticas que considerem as diversidades regionais, culturais e socioeconômicas do Brasil. A ausência de políticas educacionais sólidas aprofunda as desigualdades, impactando diretamente na capacidade do país de promover justiça social e crescimento sustentável.

Para que o Brasil alcance um sistema educacional mais eficiente, inclusivo e de qualidade, é fundamental que haja um compromisso contínuo com a implementação de políticas públicas baseadas em evidências, no diálogo social e na participação democrática. Conforme destaca Saviani (2010), "a educação deve ser encarada como uma prioridade estratégica para o desenvolvimento nacional", e não como um gasto supérfluo ou secundário. A educação é um investimento decisivo para a superação da pobreza, para o fortalecimento da cidadania e para o crescimento econômico.

A construção de um sistema educacional sólido e eficaz, portanto, exige a superação de diversos desafios históricos e estruturais, como a desigualdade no acesso e na permanência escolar, a precarização das condições de trabalho docente e a carência de infraestrutura adequada nas instituições de ensino. Além disso, requer o fortalecimento de mecanismos de governança democrática, nos quais a sociedade civil tenha voz ativa na formulação, implementação e avaliação das políticas educacionais.

Somente com políticas educacionais bem planejadas, sustentáveis e comprometidas com a transformação social será possível garantir uma educação de qualidade para todos os brasileiros, promovendo, assim, a construção de um país mais justo, democrático e desenvolvido. É preciso reconhecer que a educação não pode ser vista como solução isolada, mas como parte de um projeto nacional que articule desenvolvimento humano, econômico e social de forma integrada.

Referências

- ARAÚJO, J. **O controle social das políticas educacionais**. São Paulo: Editora Educação e Sociedade, 2014.
- ARROYO, Miguel. **Políticas Educacionais e a Questão Social**. Cortez Editora, 2011.
- CURY, C. R. J. **Educação e direito à educação: temas de política educacional**. São Paulo: Cortez, 2008.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação, Estado e Políticas Públicas**. Cortez Editora, 2008.
- DEMO, Pedro. **Educação e Qualidade**. Autores Associados, 2002.
- DOURADO, Luiz Fernandes. **Políticas Públicas e Gestão da Educação**. Vozes, 2007.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia.** Paz e Terra, 1996.

GATTI, Bernardete Angelina. **Políticas Educacionais no Brasil.** Cortez, 2011.

GOHN, M. G. **Políticas públicas e educação.** São Paulo: Cortez, 2010.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola: teoria e prática.** São Paulo: Cortez, 2012.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática.** Cortez Editora, 2012.

PARO, V. H. **Gestão democrática da escola pública.** São Paulo: Ática, 2001.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** Campinas: Autores Associados, 2010.

SAVIANI, Dermeval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil.** Autores Associados, 2010.

SILVA, Maria Helena. **Curriculum e Educação no Brasil.** Penso, 2018.

Autor

Valdemir Ribeiro Farias

Gestor Escolar e Professor do Ensino Médio-TO.

Mestre em Filosofia pela Universidade Federal do Tocantins-UFT (2020). Possui Graduação em Filosofia Universidade Estadual do Maranhão-UEMA (2014). Graduação em Pedagogia pela Universidade Regional do Cariri-URCA (2006). Especialização em Informática na Educação-IFMA-2024, Especialização em Psicopedagogia Institucional e Clinica Faculdade Memorial dos Imigrantes(2021) Especialização em Gestão Escolar pela Universidade Federal do Tocantins UFT-(2009), Especialização em Docência do Ensino Superior pela Faculdade Montenegro de Educação-MONTNEGRO-(2009) e Especialização em Atendimento Educacional Especializado-AEE- pela Universidade Federal do Ceará- UFC-(2011), Psicopedagogia Clinica e Institucional, Curso Técnico em Informática para Internet- IFTO, curso Livre de Filosofia (2005)IFRC e Ensino Médio em Magistério. Atualmente é professor de Filosofia da Rede Estadual do TO. Em Gestor Escolar da Rede Municipal de Araguaína-TO. Tem experiência na área de Educação tais como: Gestão Escolar, Coordenação Pedagógica, Supervisão Escolar, Docência do Ensino Fundamental, Médio, Supletivo, Tutoria de Curso a Distância, Cursinho, Ensino Superior, Atendimento Educacional Especializado-AEE. E com diversos Cursos de Capacitação, Aperfeiçoamento e Extensão Universitária na área da Educação.